

J-3

DELIBERAÇÃO
DE
TRANSMISSÃO DE ALVARÁ PARA O EXERCÍCIO DA ACTIVIDADE DE
RADIODIFUSÃO SONORA LOCAL DE QUE É TITULAR O “GRUPO
DESPORTIVO E CULTURAL DAS MINAS DA BORRALHA” A FAVOR DE
“INFOR BARROSO – INFORMAÇÃO, Ld^a”

(Aprovada em reunião plenária de 18 de Dezembro de 2002)

1. Em 20 de Setembro de 2001 deu entrada na Alta Autoridade para a Comunicação Social (AACCS) um pedido de transmissão de alvará para o exercício da actividade de radiodifusão sonora local de que é titular o Grupo Desportivo e Cultural das Minas da Borralha, na frequência de 97.5 MHz, ambas do concelho de Montalegre, a favor de Infor Barroso – Informação, Ld^a, para, de acordo com o disposto na alínea b) do artigo 4º da Lei nº.43/98, de 6 de Agosto, ser concedida a devida autorização.
2. A AACCS, para cumprimento desta sua atribuição, analisou, de acordo com o estipulado no Decreto-Lei nº.130/97, de 27 de Maio, aplicável por força do disposto no número 1 do artigo 79º da Lei nº.4/2001, de 23 de Fevereiro, os seguintes documentos:
 - 2.1. Da entidade transmitente, Grupo Desportivo e Cultural das Minas da Borralha:
 - a) Requerimento a solicitar a autorização da transmissão de alvará para o exercício da actividade de radiodifusão sonora local;
 - b) Cópia da acta em que consta a autorização de transmissão do alvará para a entidade adquirente;
 - c) Cópia do alvará para o exercício da actividade de radiodifusão sonora no concelho de Montalegre de 30 de Março de 1989;
 - d) Cópia da licença radioelétrica para o serviço de radiodifusão sonora passada pelo Instituto das Comunicações de Portugal, para emitir em FM, na frequência de 97.5 MHz;
 - 2.2. Da entidade adquirente, Infor Barroso – Informação, Ld^a:
 - a) Cópia dos respectivos estatutos;
 - b) Cópia do cartão de pessoa colectiva;
 - c) Declarações de que a entidade adquirente e cada uma das pessoas singulares que a integram não detêm participação em mais de cinco operadores de radiodifusão sonora;
 - d) Estudo de viabilidade económica e financeira;
 - e) Linhas gerais de programação, mapa de programas a emitir e do respectivo horário;

13741

J7

f) Estatuto editorial.

3. Da análise dos referidos elementos, conclui-se que:

- 3.1. O Grupo Desportivo e Cultural das Minas da Borralha, deseja transmitir o seu alvará, que detém há mais de três anos, para a Infor Barroso – Informação, Ld^a, pelo que se encontra preenchido o requisito temporal estabelecido no n.º.1 do artigo 15º do Decreto-Lei n.º.130/97, de 27 de Maio;
 - 3.2. A Infor Barroso – Informação, Ld^a é uma pessoa colectiva, satisfazendo, assim, o exigido pelo disposto no n.º.1 do artigo 2º do decreto-lei acima referido;
 - 3.3. A Infor Barroso – Informação, Ld^a e os seus associados não detêm participação em mais de cinco operadores de radiodifusão, respeitando, assim, o referido no n.º.1 do artigo 3º do citado decreto-lei;
 - 3.4. A Infor Barroso – Informação, Ld^a propõe-se emitir 24 horas diárias e de acordo com as linhas gerais de programação divulgadas, esta inclui informação regional e nacional, espaços musicais, de entretenimento e desportivos;
 - 3.5. A grelha de programas que se propõe emitir, as linhas gerais de programação e o respectivo horário são ajustados a este tipo de operador;
 - 3.6. De acordo com o estatuto editorial, a Infor Barroso – Informação, Ld^a, assume-se como uma emissora independente, pautando-se pelo rigor, isenção e pluralismo informativos, pelo direito dos cidadãos a informar e serem informados, dentro dos parâmetros estipulados pela ética e deontologia aplicáveis aos meios de comunicação social;
 - 3.7. Perante o estudo de viabilidade económico-financeiro apresentado, verifica-se que estão satisfeitas as condições tidas como necessárias à emissão de parecer favorável por esta Alta Autoridade.
4. Nestes termos, a AACCS, analisado o processo relativo ao pedido de transmissão do alvará para o exercício da actividade de radiodifusão sonora local de que é titular o Grupo Desportivo e Cultural das Minas da Borralha, a favor de Infor Barroso – Informação, Ld^a, delibera, de acordo com o disposto na alínea b) do artigo 4º da Lei n.º.43/98, de 6 de Agosto e nos termos do Decreto-Lei n.º.130/97, de 27 de Maio, aplicável por força do disposto no n.º. 1 do artigo 79º da Lei n.º.4/2001, de 23 de

13746

Fevereiro, autorizar a transmissão do referido alvará, do concelho de Montalegre, que emite em FM, na frequência de 97.5 MHz.

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade com votos a favor de Manuela Matos (Relatora), Armando Torres Paulo (Presidente), Sebastião Lima Rego, José Garibaldi (Vice-Presidente), Carlos Veiga Pereira, Maria de Lurdes Monteiro e José Manuel Mendes.

Alta Autoridade para a Comunicação Social em 18 de Dezembro de 2002

O Presidente



**Armando Torres Paulo
Juiz-Conselheiro**

MM/AF